

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

LEONIDIO MOREIRA DOS SANTOS FILHO

**Corpo e Geografia: um caminho para a dramatização da ciência
geográfica**

São Paulo

2021

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**Corpo e Geografia: um caminho para a dramatização da ciência
geográfica**

Trabalho de Graduação Individual pela Universidade de São Paulo, Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, para obtenção do título de bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Elvio Rodrigues Martins

São Paulo
2021

AGRADECIMENTOS

Às minhas amigas e amigos todos da Universidade de São Paulo, dos diversos cursos a quais se formaram, por toda nossa jornada universitária e que, hoje, se direciona para além do ambiente acadêmico. Por todos os momentos, experiências vividas na universidade e acolhimentos fora dela.

Aos locais em que trabalhei durante a graduação, especialmente os cursinhos populares Arcadas Vestibulares e Educa Freire, pois permitiram que eu desenvolvesse minha didática enquanto professor, fundamental para a criação deste trabalho, inspirado em diversas situações de sala de aula e plantão de dúvidas.

Aos meus pais, que sempre me auxiliaram nas questões financeiras e domésticas, além de momentos de amparo, durante o início do curso até seu término.

Ao meu Orientador, Elvio Rodrigues, que me permitiu realizar um trabalho original ao início, em que por após tentativas e reajustes, culminou nesta reflexão sobre corpo e geografia.

Aos professores Manuel Neto, Maria Eliza Miranda, Elvio Rodrigues, Eduardo Girotto, Ana Karina Cecchia, pelas aulas importantíssimas que me inspiraram a continuar seguindo no curso e que moldaram fortemente minha formação acadêmica.

A todas as pessoas envolvidas em tatuagens, de profissionais a apreciadoras, que compuseram grande parte das inspirações, contatos e vivências para chegar até aqui e a seguir na carreira acadêmica adiante, pelos momentos que me aguardam.

Por fim, agradeço aos momentos vividos, das participações em entidades acadêmicas esportivas e aos esportes praticados, às gestões e diretorias de festas universitárias que realizei e frequentei, e ao BacoWeb, o qual participei dos cuidados junto às amigas e amigos que amo. Em especial, agradeço a Yuly, ao Drácula, ao Grassetti, à Bianca, ao Dani, à Tieko, à Gabs, à Jaqueline e a todos os amigos e amigas que viveram comigo grandes momentos da graduação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1 – O corpo.....	7
1.1 – O corpo, segundo Merleau-Ponty.....	7
1.2 – Corpo e experiência, segundo Yi-Fu Tuan.....	11
2 – Corpo e geografia.....	17
2.1 – Do corpo ao espaço, o corpo localizado, por Yi-Fu Tuan.....	17
2.2 – O corpo e espaço: o movimento que cria.....	20
2.3 – Corpo e Lugar: o íntimo, por Yi-Fu Tuan.....	22
3 – Do corpo à geografia: a pessoalização e dramatização da ciência geográfica.....	28
3.1 – Articulando a geografia a partir de Yves Lacoste.....	28
3.2 – Do corpo à geografia; da geografia ao corpo: o quotidiano vivido como uma forma de dramatizar a geografia.....	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42

RESUMO

O presente trabalho busca alcançar uma reflexão entre corpo e espaço, para que se possa apresentar portas de aproximação do leitor e da geografia. O espaço que o corpo ocupa, o espaço por onde o corpo se movimenta, o espaço que interage com o corpo e a forma que o corpo interage com o espaço são pontos fundamentais para a aproximação de um contexto geográfico para uma pessoa, para seu corpo. Nesse sentido, o caminhar de uma reflexão de corpo e espaço e, a posteriori, corpo e geografia, se faz importantíssima para compreender de uma forma mais pessoalizada uma ciência que, hoje, se faz negligenciada ou posta em dúvida. “Para quê a geografia serve?” – talvez a resposta primeira de uma pessoa fora dos ambientes acadêmicos ou escolares seja “para ler mapas” ou “saber onde os lugares estão”, mas não para entender a possibilidade de seu uso estratégico e como este uso atinge pessoas comuns em seus respectivos quotidianos. Refletir corpo e espaço, e corpo e geografia, é um caminho para tornar a geografia menos afastada e mística, para algo mais tátil e íntimo; é para facilitar o desenvolver de um raciocínio naturalmente geográfico, da localização do corpo, onde ele está, como ele ocupa esse espaço e, por conseguinte, que espaço é este que o corpo está ocupando. Assim, há a possibilidade de criar um raciocínio geográfico pessoalizado, próximo do leitor, que, por si só, dramatiza o estudo da geografia – questão crucial para se criar interesse por essa ciência, que muda a consideração de uma “ciência descritiva” e “para saber onde as coisas estão” para uma ciência de articulação das mais diversas ações, sejam elas quotidianas, como ir de um lugar para o outro, sejam para compreender os contextos políticos que se vive em determinados locais, como obras públicas ou mesmo conflitos. Uma geografia meramente descritiva e não dramatizada é a geografia que coloca o corpo perdido o tempo todo e que torna uma ciência rica em objeto de completo desinteresse.

INTRODUÇÃO

O corpo, fator de existência inerente a todos os seres vivos, mesmo que em diferentes formas. A árvore é ser vivo e possui uma forma; o animal é ser vivo e possui outra, mas, de modo ou outro, todos possuem um fator básico: corpos. Corpo é o que media o interior, subjetivo com todas as suas variedades e pensamentos, e o exterior, objetivo, direto, com possibilidades infinitas de ação de interação com o outro. Interação esta que ocorre, obrigatoriamente, em um espaço.

No corpo, portanto, é onde se experimenta o espaço, antes de todas as relações possíveis neste. “Na verdade, é através dos sentidos, e portanto *no* corpo, que a pessoa toma conhecimento da realidade, assim como é também *com* o corpo que opera sobre essa mesma realidade, convertendo-a num mundo dotado de sentido” (HENRIQUES, J. B., p. 119, 2007). Assim, o corpo, protagonista da experiência espacial, deve ser tomado à reflexão para, de fato, encontrar mais facilmente um raciocínio espacial. Se no corpo se experimenta o espaço, é nele que se experimenta, portanto, toda uma geografia vivida.

Dessa maneira, o presente trabalho busca apontar um caminho para facilitar uma aproximação da geografia com o leitor, de maneira que da reflexão do corpo, se direcione à reflexão do espaço, e posteriormente, da geografia. Em uma linha de corpo, espaço e geografia, buscando, ao menos, exemplificar uma parte dos fatores que envolvem a complexa e rica ciência geográfica, para pessoalizá-la e, assim, dramatizá-la, valorizando mais facilmente a sua importância quotidiana.

CAPÍTULO 1 – O corpo

1.1 – O corpo, segundo Merleau-Ponty

Merleau-Ponty apresenta interpretações do corpo a partir de ações que o envolvem, atrelando o pensamento de “o que é corpo” à percepção do mundo externo, à percepção do corpo enquanto “si mesmo” e da própria expressão deste corpo no mundo. Segundo Borges (2011, p. 138), a Ponty atrela a expressão – de expressar si mesmo afora – como diretamente ligada à percepção – de perceber o que está afora –, de modo que, quando o corpo percebe o mundo, ele se expressa. Nessa linha de raciocínio, o que o corpo comunica de si, a priori, é a percepção do mundo, o perceber que este, o mundo, está lá – sendo a expressão um gesto. Gesto esse “com o qual o corpo se comunica com o mundo” (BORGES, 2011, p. 138). Assim, se entende que o corpo toma forma, que percebe o externo e se expressa para esse externo.

Borges (2011, p. 139), aponta que Merleau-Ponty vai contra as noções clássicas da percepção, que a tratam de maneira mecanicista, segundo a autora, onde o foco da percepção se coloca no objeto percebido ausentando-se do corpo. Essa noção sugere uma situação em que a percepção é submetida por completo ao externo, de forma automática e mecanizada (2011, p. 139), de modo que a percepção passa a ser definida, desta forma, como a “maneira pela qual sou afetado e pela experiência de um estado de mim mesmo” (BORGES, 2011, p. 139 *apud MERLEAU-PONTY, 2006*).

Nesse sentido, segundo a autora, para Merleau-Ponty, “a percepção já é carregada de um sentido, sem coincidir com ele como algo que vem do exterior para o interior do sujeito, supondo-os como separados” (BORGES, 2011, p. 139), onde, assim, a relação sujeito-objeto se ocorreria com um e outro interagindo entre si, de um para outro, de outro para um. A autora aponta que o sujeito atribui o sentido ao objeto, enquanto o objeto “se apresenta como algo passível de ser percebido e sentido” (BORGES, 2011, p. 139).

A autora traz, ainda, que na existência percepção, se encontra uma indicação construída a partir da intencionalidade, onde a “intencionalidade revela a abertura da percepção a um campo, pois esta não é determinada e não aponta uma impressão pontual, mas está na relação com o mundo sensível, que possui horizontes de sentido” (BORGES, 2011, p. 140). Assim, pode-se compreender que a percepção denota da intencionalidade, segundo Borges. Há uma intenção que leva à percepção, a perceber algo. Assim, cria-se um caminho de ida e volta, onde se toma consciência de algo, no sentido de que algo se

faz presente no mundo para ser tomado pela consciência. Entende-se que o externo existe, é percebido, compreendido pela consciência enquanto esse externo também se faz presente justamente para se ser apreendido pela consciência do sujeito. A autora coloca que não existe consciência pura, consciente por si só, mas que conscientiza (toma consciência) a partir do mundo (externo) que cria sentido para ser conscientizado (BORGES, 2011, p. 140).

Com isso, o corpo, que expressa sua existência, a realiza a partir da percepção do mundo externo, que está lá também para ser percebido e compreendido pela consciência do sujeito, que acaba também por precisar de algo para tomar consciência, uma vez esta não sendo considerada pura (ou seja, que “demanda a existência de algo para se tomar consciência” para que a própria consciência exista), por Ponty, segundo a autora.

Mais além, segundo Borges,

“a percepção não possui um sentido fechado, mas um sentido aberto e por se fazer de acordo como que é vivido pelo corpo no mundo. O que é vivido comporta horizontes, ausências, mas que também são presenças, que estão na zona de circunvizinhança” (BORGES, 2011, p. 140),

o que confere à percepção, não somente o perceber de um existir específico e completo, maciço, mas também o imperfeito, não totalmente compreendido, que se localiza ao redor de um ponto específico que foi tomado consciência. É como se houvesse consciência de que existe algo ao redor, mas não se entende completamente o que é, pois o foco se encontra em uma parte do todo. A percepção que constrói a expressão do corpo, assim, também percebe o incompreendido pelo corpo. O corpo toma consciência, mas não define essa imperfeição ao redor de seu foco. “O percebido comporta lacunas que não são simples ‘impercepções’” (BORGES, 2011, p. 140 *apud* MERLEAU-PONTY, 2006, p. 33). Dessa maneira, o impercebido, apesar de estar sob essa condição à percepção do corpo, ainda existe. Há, na luz da percepção, o impercebido não completamente iluminado (ou não iluminado) – mas que ainda está ligado ao corpo que vive no mundo.

Ponty também coloca pontos sobre sensibilidade, pensando nos estímulos que afetam o corpo, não de modo que o corpo seja “vazio”, esperando que o externo atinja seus pontos sensíveis, mas sim que o próprio corpo possui sua própria afetividade – de se afetar – pelo seu próprio movimento afetivo no mundo (BORGES, 2011, p. 140). Assim, o corpo não é tomado como passivo. Para que ele exprima, ele percebe o mundo, mas o mundo não o completa como se este corpo estivesse vazio. Essa expressão e percepção se monta por seu movimento no mundo.

Por movimento, de acordo com Borges (2011, p. 140), Ponty coloca o conceito de motricidade como fator importante, em que este, interligado ao seu movimento no mundo, sua interação intencional e objetiva, também entraria em contato com o mundo. O mundo está lá, o corpo cá; o mundo afeta o corpo enquanto o corpo exerce seu movimento, sua interação, no mundo. A percepção se dá conforme o corpo, não sendo passivo portanto, se movimenta, enquanto o mundo está em contato com ele.

Do movimento, traz-se a questão do sentir. O corpo antes sente, depois toma consciência desse sentir. Há uma necessidade de se buscar o que, segundo Borges, Ponty coloca como o pré-objetivo, para se compreender o sentir do corpo: “sentir não é possuir sensações, mas estar lançado em um mundo sensível, no qual a percepção acontece pré-objetivamente, antes que a consciência a conduza, mas esta se faz por meio daquela” (BORGES, 2011, p. 141).

Nessa direção, assim, toma-se o corpo.

“O corpo é, portanto, uma potência motora, afetiva e expressiva e a expressão é a expressão do ser no mundo. O corpo se move de acordo com sua afetividade e expressa esse movimento na intersubjetividade. O corpo é corpo próprio e ser no mundo, ao mesmo tempo e tal ambiguidade é que revela o enigma da expressão, pois o corpo se expressa ao expressar o mundo, ou seja, expressa seu sentido ao expressar o sentido que o mundo tem para ele” (BORGES, 2011, p. 142).

O corpo, dessa maneira, se movimenta em um espaço, compreendido como mundo. Percebe e se expressa no mundo; é percebido e expressado pelo mundo. É próprio, é ele mesmo, existe, ao passo que percebe a existência do externo, em que esse externo é expressado, também, ao corpo. E este corpo age conforme sua motricidade, seu movimento. “A motricidade é movimento originário que o corpo exerce em um meio” (BORGES, 2011, p. 142), em que essa motricidade dá sentido à situação corporal, ao contato do corpo com as coisas e com os outros, segundo a autora. Assim, leva-se a entender que o corpo não é estático, mas é o que o torna corpo e não apenas objeto, substantivo, que existe composto por matéria em algum local. O corpo, ao movimentar-se, adquire seu sentido enquanto corpo, percebendo, expressando, sendo percebido e recebendo expressões.

Mais além, segundo Borges,

“A motricidade é gestualidade, o próprio movimento da existência e revela uma prática de habitação e sentido, pois se ‘somos aquilo que os outros pensam de nós e aquilo que nosso mundo é (*apud* MERLEAU-PONTY, 2006, p. 154) é justamente devido ao fato do corpo adquirir sentido no constante direcionamento ao mundo. O corpo está onde possui o que fazer, pois realiza movimentos de significação no mundo que lhe faz sentido” (BORGES, 2011, p. 142).

Dessa forma, a motricidade – relacionada ao movimento, ato objetivo, que existe por conta dessa movimentação – é a gestualidade, que gesticula e realiza o movimento do corpo. Essa gestualidade é a forma que a expressão se apresenta, da qual leva ao entendimento da percepção.

Assim, para refletir o corpo sob a perspectiva de Merleau-Ponty, comprehende-se não somente o existir do corpo, mas o que compõe o corpo de forma não exatamente material (composto por braços ou pernas, por exemplo), mas pelo ato de perceber e ser percebido; de sentir e ser sentido. Há uma relação de ida e volta, do corpo afora e afora ao corpo. O movimento é essencial nesse caminho – trazido pelo autor por via da motricidade – que compõe, portanto, o corpo em movimento no que o autor e Borges trazem como “mundo”.

A questão do movimento é de suma importância. Segundo Borges, para Ponty, o corpo doente, que não se movimenta, perde a apreensão do espaço. Fica passivo, submisso. “O que o corpo vivencia é a potência motora, potência de ação no mundo” (BORGES, 2011, p. 143). Na questão do corpo doente, que perde movimento, “o que se perde é o meio expressivo do campo motor, a ‘intencionalidade motora’, a experiência efetiva que envolve ação, percepção e linguagem” (BORGES, 2011, p. 143) e que o corpo passa a viver somente em um espaço limitado, “sem as potências de ação que o levam a circunscrever a familiaridade com o mundo” (BORGES, 2011, p. 144). Assim,

“para o doente, a experiência é recortada em momentos perceptivos e não habita o todo significativo, a experiência vivida por inteiro. O que se perde, então, é a experiência da consciência, a consciência enquanto “eu posso” e não enquanto “eu penso”, segundo Merleau-Ponty” (BORGES, 2011, p. 144).

A possibilidade de movimento é imprescindível para o corpo tenha um contato “completo” com o espaço, conforme o autor. O corpo não é passivo. Ele exerce movimento, recebe o mundo mas dá ao mundo também. Nesse sentido, o movimento dá caráter de existência de corpo, em que este se move, objetivamente, e ao mover-se, toma seu movimento como gestualidade e, ao realizar um “gesto”, ele interage, ele expressa ao mundo. Toma forma, portanto, a partir de seu movimento. Interage com o mundo enquanto é “inteagido” pelo mundo, como um diálogo, um compasso de ida e volta, de troca.

O raciocínio e concepção de corpo por Merleau-Ponty, à luz da geografia, leva ao questionamento: onde esse movimento se realiza? Borges apresenta os escritos de Merleau-Ponty como um movimento no “mundo”, sugerindo as mais diversas possibilidades e situações. Na geografia, pensa-se que esse corpo se movimenta em um

espaço. O mundo, trazido por Merleau-Ponty, pode ser pensado como o espaço na Geografia. Onde o corpo se movimenta e onde poderá criar suas relações pessoais, de apego e desapego a este espaço, configurando, também, um lugar de movimento. O foco de Merleau-Ponty é o corpo, trazendo o espaço como secundário. Por se tratar de uma ciência que não é a geografia, seu objeto não necessariamente se pauta no espaço como fim, mas pode ser pensado de forma secundária, para compor seus estudos filosóficos. Por outro lado, na Geografia, o corpo **está** em um espaço, ele interage com este espaço. Ele produz um espaço, mas também recebe suas influências. Por isso, partir de um estudo do corpo – corpo, portanto, objeto conhecido: o próprio corpo do leitor deste texto, para sair de um ponto em seu domínio, antes de teorizar e pensar qual espaço se localiza – para, depois, caminhar ao espaço e tomá-lo como prioridade, se recebe como uma forma mais didática de pensar o corpo na geografia e como pensar a geografia a partir do corpo.

1.2 – Corpo e experiência, segundo Yi-Fu Tuan

Yi-Fu Tuan analisa a noção de corpo a partir da experiência e dos sentidos que este corpo possui, e o considera como um ser que ocupa o espaço, que tem o seu lugar próprio no espaço: “a palavra ‘corpo’ sugere de imediato antes um objeto que um ser vivo e espiritual. O corpo é uma ‘coisa’ e está no espaço ou ocupa espaço” (TUAN, 1983, p. 39). O corpo se mantém em constante presença espacial portanto, ao simplesmente existir, ocupando e interagindo com seu espaço ao seu redor.

Nesse processo, Tuan (1983) aborda pontos relacionados com o corpo “estar” no espaço, compondo a formação da experiência do corpo, da percepção e como os sentidos se relacionam à formação destes, nesse momento.

Segundo Tuan, a experiência

“é um termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece a constrói a realidade. Estas maneiras variam desde os sentidos mais diretos e passivos como o olfato, paladar e tato, até a percepção visual ativa e a maneira indireta de simbolização” (TUAN, 1983, p. 9).

A experiência “implica a capacidade de aprender a partir da própria vivência” (1977, p.10), e esta vivência é construída de momentos percebidos. Os momentos são percebidos e a percepção, segundo o autor, significa “tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente

registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados” (TUAN, 2012, p. 4). Assim, a percepção ocorre no presente, no momento atual que se vive, enquanto o registro das percepções sentidas pelo corpo são colocadas ao passado, registradas, compondo a experiência. A percepção seria, assim, a experiência em formação, do presente ao passado, que ficará registrado na memória e formará a vivência do indivíduo.

Nesse contexto, o corpo está em um lugar, um local específico no espaço, sendo este espaço um todo, sem uma divisão clara, ou um território abrangendo sua raiz cultural, seja em seu país, sua cidade, sua aldeia. Este corpo, pertencente a um espaço considerado sua raiz cultural, criará uma forma específica, própria, de agir perante o entorno. Essa maneira própria Tuan chamará de Atitude, em que esta “é primariamente uma postura cultural, uma posição que se toma frente ao mundo. Ela tem maior estabilidade do que a percepção e é formada de uma longa sucessão de percepções, isto é, de experiências” (TUAN, 2012, p. 4). A Atitude, assim, carregará valores “trazidos de fora” do corpo, que detêm uma “experiência e uma certa firmeza de interesse e valor” (2012, p. 4). Essas experiências compostas pelo contato com suas raízes culturais formarão sua visão de mundo, da qual “a visão de mundo é a experiência conceitualizada” (2012, p. 4), em que “ela é parcialmente pessoal, em grande parte social” (2012, p. 4-5). Assim, o corpo percebe seu momento presente, caracterizando sua percepção. A sucessão de momentos percebidos e registrados na memória compõe a experiência. Este corpo, ainda, está em um lugar específico, dotado de características culturais próprias, que irão compor também a percepção do momento presente e a formação de experiências.

A partir desse estímulo específico, tomara partido para a ação, a atitude – da qual poderá ser diferente de um povo para outro, de uma nacionalidade para outra, dentre outros exemplos de “como agir perante uma determinada situação”. Talvez uma experiência composta por ir à padaria no Brasil seja diferente de ir à padaria em Portugal. O contexto envolvendo a experiência e a percepção, do tempo frio acompanhado de uma leve garoa ao caminho da padaria pela manhã, o cheiro do pão fresco ao adentrar o local, com o leve murmúrio de outros transeuntes, consumindo sua primeira refeição do dia antes de se dirigir ao ofício acompanhada de um pingado, e escutando o ruído dos carros que começam a transitar na cidade afora se misturando às primeiras palavras do jornal da manhã, exibido em uma televisão de canto, próxima ao teto e presa às paredes por um objeto de apoio que as perfura, enquanto encomenda seus pães para a manhã presente e se prepara para ir ao caixa do estabelecimento, cumprimentando funcionários e se despedindo breves momentos depois. Essa experiência pode ser perfeitamente imaginada

tanto em um ambiente português como em um ambiente brasileiro, mas definitivamente a forma com que a interação no local irá atingir; a forma de pedir os pães, de cumprimentar os funcionários, de utilizar papel moeda ou cartão de crédito no pagamento, ou mesmo do próprio pedido e do pedido de outros transeuntes nos estabelecimentos, pode variar. Grosso modo, a experiência formada pela sucessão de momentos percebidos no presente, registrados na mente, estarão lá. Mas a forma que essa percepção e essa experiência será registrada, será diferente de um local para o outro, pois existem, nesses locais, culturas diferentes que direcionam (ainda que não determinem) atitudes diferentes perante um mesmo acontecimento – ir comprar pão pela manhã em uma manhã fria para o café.

Todo esse processo é perpassado pelo corpo através de seus sentidos, a visão, tato, audição e olfato, mas não colocando o paladar em pauta nessa discussão. O autor discute os sentidos perpassando uma pequena análise em cada um deles – mas não uma análise biológica, recheada de linguagem técnica e cientificada, mas sim uma linguagem contextualizada, que dialoga com o espaço percebido e vivenciado.

A visão, conforme Tuan, está relacionada à separação dos objetos pela noção da tridimensionalidade (2012, p. 8). O autor aponta que este é o sentido mais importante para o desenvolvimento humano, o qual dentre os “cinco sentidos tradicionais, o homem depende mais conscientemente da visão do que dos demais sentidos para progredir no mundo” (TUAN, 2012, p. 7), de modo que “um mundo mais amplo se lhe abre e muito mais informação, que é espacialmente detalhada e específica, chega até ele através dos olhos, do que através dos sistemas sensoriais da audição, olfato, paladar e tato” (TUAN, 2012, p. 7). A visão permite compreender como o mundo é ordenado espacialmente de forma clara e rápida. É possível fazer isso por vias de outros sentidos, especialmente pelo tato, mas a complexidade aumenta desproporcionalmente do que quando comparada à capacidade da visão de perceber a ordenação do espaço em que se encontra.

O tato, segundo o autor, se atrela diretamente ao manuseio de objetos e à precisão de seu uso, ele “é a experiência direta da resistência, a experiência direta do mundo como um sistema de resistências e de pressões que nos persuadem da existência de uma realidade independente de nossa imaginação” (TUAN, 2012, p. 9). O tato é, dos sentidos humanos, aquele que traz uma noção mais primária de “sentir” o espaço, ao refletir sobre os ventos tocando o corpo ou os raios de sol aquecendo-o; do pisar no chão, na terra fofa e úmida após a chuva, na grama verdejante e com cheiro de recém cortada; ao correr para não queimar os pés nas areias ardentes de um dia ensolarado na praia, mas que ao alcançar

a maré, resfria-o agradavelmente, ou apoiar as costas em uma árvore no jardim para esperar um companheiro em que marcou um encontro para um almoço no parque de domingo.

Em todo esse espaço imaginado supracitado, da padaria à espera no jardim do parque, existe um “primeiro plano”, inicialmente posto pela visão, onde se imagina a ordenação visível da padaria em que se compra o pão da manhã, assim como se imagina os tons de verde da grama cortada e o tipo de árvore que se descansa as costas durante o aguardo do outro. Em todos eles, há um contexto, uma pequena história a ser relatada. História, esta, não composta somente pelo “primeiro plano” da visão, mas que também pode ser banhada pelo sentido da audição. Talvez um mundo imaginado a partir das imagens criadas pelas memórias de como é uma padaria específica, de como é a cor da grama ou da terra fofa, e de que parque estaria sendo pensado, não trouxesse todo o potencial para refletir acerca do espaço onde se está. Em todos esses contextos, há o “segundo plano”, o “som ao fundo”. O som trará a vivência para perto, dará o toque de maior realismo nesse momento imaginativo, seja do burburinho da clientela que se alimenta no café da manhã para seguir ao primeiro horário do trabalho; seja para imaginar o som de pássaros próximos da grama recém cortada, o ruído de um aparelho cortador de grama por um trabalhador local mais à distância ainda em funcionamento; ou ainda, para imaginar crianças brincando ao fundo do parque em que se aguarda o companheiro, com a algazarra com um toque divertido e infantil no ambiente de um domingo à tarde. Tuan (2012) aponta que a audição não possui o mesmo peso, a mesma importância tal como a visão, mas ela pode, definitivamente, “dinamizar” a relação com o espaço. Sem ela, o mundo torna-se parado no tempo. O autor comenta o que pode ser um relato da perda da audição de uma pessoa ouvinte:

“Com a surdez, a vida parece congelada e o tempo não progride. O próprio espaço se contrai, porque nossa experiência de espaço é aumentada grandemente pelo sentido auditivo, que fornece informações do mundo além do campo visual” (TUAN, 2012, p. 11).

A audição, assim, compõe todo o chamado “segundo plano” na imaginação e interpretação do espaço. O som dinamiza o espaço, enriquece a experiência de se simplesmente estar, e segue:

“No começo, um mundo que aparenta ter perdido seu dinamismo aparece menos exigente e nervoso; provoca sentimento de desligamento e paz, como acontece de modo agradável quando os sons da cidade são abafados por uma chuva leve ou um manto de neve. Mas logo o silêncio, a perda severa da informação, provoca ansiedade, dissociação e retraimento no surdo” (TUAN, 2012, p. 11).

O espaço ganha dinamismo, se torna móvel e movido, mas, principalmente, se torna próximo. Perceber o som ambiente nos leva a uma interação muito menos passiva do espaço comparado apenas ao olhar. Paisagens podem ser das mais belas e simétricas às mais diversas e caóticas, podendo ser percebidas em uma miríade de detalhes ou como um grande “todo” denominado paisagem, como “feia”, “bela”, “esquisita”, “assustadora” – mas sempre colocada em uma categoria de palavra que a descreve de uma única forma, direta e prática. Mas quando ultrapassam o limite da visão, que visitam o observador para além de seus olhos, multiplicando-se aos montes os estímulos a serem percebidos, os detalhes a serem notados, neste momento, sim, as paisagens se tornam memórias. Memórias estas que pessoalizam o espaço observado e sentido, que atraem e dramatizam sua existência, que o tornam próprios do observador, cada qual com sua particularidade contemplada por sua percepção, se acoplando como experiência.

Neste processo, a proximidade do espaço aumenta, imagina-se a aproximação a ponto do toque. Tato é o sentido que nos leva ao de mais potente na palavra “sentir”. A proximidade se realiza ao máximo pelo toque. Mas o toque, somente, não irá marcar totalmente a memória. Além da visão e da audição, o olfato (junto ao paladar) possibilitará o apoio mais direto na memória do observador. Nem sempre nos apegamos aos cheiros presentes, mas quando ocorre, provavelmente será marcada aquela ocasião. O cheiro do churrasco no fim de semana no quintal; o cheiro do perfume que descreve a própria personalidade e impressão que se deseja passar a outrem; o cheiro da terra molhada antecedendo à chuva nas cidades interioranas ou áreas verdes em grandes cidades. Tuan aponta:

“O odor tem o poder de evocar lembranças vívidas, carregadas emocionalmente, de eventos e cenas passadas. O cheiro de salva pode trazer à memória todo um complexo de sensações: a imagem de grandes planícies onduladas cobertas por grama e pontilhadas por moitas de salva, a luminosidade do sol, o calor, a irregularidade da estrada” (TUAN, 2012, p. 11).

Apesar dessa proximidade com o íntimo, com a pessoalização e dramatização do entorno para convidá-lo a si, a humanidade, hoje, aparenta estar “deletando” o uso do olfato e a tornar ao mundo um “mundo sem cheiros de qualquer tipo”, segundo o autor (2012, p. 11). A criação de uma espécie de ambiente “esterilizado” parece existir, buscando um ambiente cada vez mais “limpo”, possivelmente atrelado a um aspecto de “novo tecnológico”, como uma ficção científica futurista, mas que não denote perfume ou um cheiro agradável, mas sim seja neutra com relação ao sentido do olfato.

Assim, a percepção, antes de compor a experiência, é realizada com a presença dos sentidos do corpo humano. “Nossa percepção é uma atividade. Um estender-se para o mundo” (TUAN, 2012, p. 14). A soma dos sentidos juntos traz a sensação de proximidade, mas principalmente, de realidade. Ao apoiar-se em apenas um sentido principal para buscar seu redor, a pessoa perde parte da experiência espacial, “uma pessoa que simplesmente ‘vê’ é um espectador, um observador, alguém que não está envolvido com a cena” (TUAN, 2012, p. 12), no caso ao se apoiar apenas no sentido da visão. Tuan segue:

“O mundo percebido através dos olhos é mais abstrato do que o conhecido por nós através dos outros sentidos. Os olhos exploram o campo visual e dele abstraem alguns objetos, pontos de interesse, perspectivas. Mas o gosto do limão, a textura de uma pele quente, e o som do farfalhar das folhas nos atingem como sensações” (TUAN, 2012, p. 12).

Um sentido apenas é capaz de perceber e compor experiências, cada um à sua forma, mas, para absorver tudo que o espaço tem a oferecer – seja agradável, como o perfume de um campo florido e a música do violino de um artista de rua habilidoso se apresentando em uma calçada ao fim da tarde; seja do cheiro do esgoto ao céu aberto de uma área cujo governo irresponsável não tratou de cuidar apropriadamente ou do ruído dos automóveis no horário de pico na volta do trabalho em uma via engarrafada – é preciso compor uma mistura de percepções pelos diferentes sentidos.

É possível compreender como essa articulação dos sentidos ocorrem durante o crescimento, conforme Tuan apresenta o exemplo de um jogo em uma atividade esportiva com crianças, como uma gincana de uma escola, onde, nos jogos e atividades realizadas, “a criança aprende sobre o mundo; ela desenvolve a coordenação do corpo. Pela movimentação, contato e manipulação ela aprende a realidade dos objetos e a estruturação do espaço” (TUAN, 2012, p. 14). A atividade, a movimentação, a dinamicidade do corpo com o espaço exerce os sentidos. O movimento, ponto de proximidade entre os dois autores comentados até o presente momento, é crucial na realização da percepção do espaço e do aproveitamento do corpo em seu máximo potencial.

CAPÍTULO 2 - Corpo e geografia

2.1 – Do corpo ao espaço, o corpo localizado, por Yi-Fu Tuan

Refletir sobre o corpo é essencial. Corpo pode ser visto de muitas formas nas mais diversas perspectivas, desde uma separação do que o sujeito entende como “si” e “seu corpo”, como objeto moldável; à uma perspectiva que se entende que si mesmo e seu corpo são equivalentes. O corpo é sujeito e sujeito é corpo. Dessa maneira, independente da forma com que se concebe o corpo, ele se realiza como o ponto que intercepta a percepção do espaço para a criação da experiência. É pelo corpo que se experimenta o espaço.

Por outra via, para além do corpo, é preciso buscar um norte para “o que é espaço”. Conforme Yi-Fu Tuan,

“‘espaço’ é um termo abstrato para um conjunto complexo de ideias. Pessoas de diferentes culturas diferem na forma de dividir o seu mundo, de atribuir valores às suas partes de medi-las. As maneiras de dividir o espaço variam enormemente em complexidade e sofisticação, assim como as técnicas de avaliação de tamanho e distância” (TUAN, 1983, p. 39).

Assim, abre-se caminho para o conceito de “espaço”, sendo, portanto, esse termo abstrato para uma infinidade de ideias, com diferentes perspectivas, pois existem diferentes observadores e suas origens, além das diferentes técnicas e tecnologias para realizar a observação do espaço, mas que possibilita projetar tudo aquilo que está além do corpo. Os objetos estão no espaço, os corpos estão no espaço. A partir deste ponto, poderá ser pensada outra categoria do conhecimento geográfico: na intimidade do corpo com um determinado espaço, se encontra uma das caracterizações possíveis de “lugar”, por exemplo. O “espaço” se faz tudo inserido em “onde se está” e “onde se possa estar”, e o ser humano organiza este espaço, transitando por entre “ondes” e os reorganizando conforme suas dependências e necessidades (TUAN, 1983, p. 39).

Para que a reorganização do espaço se faça possível, é preciso partir de um princípio, e, assim, Tuan aponta: “o homem é a medida de todas as coisas” (1983, p. 39), em que o ponto de partida para o domínio e manutenção do espaço é o próprio corpo, em que caminha por diferentes espaços, de diferentes características, vivenciando diferentes percepções e construindo as mais variadas experiências. O autor coloca:

“os princípios fundamentais da organização espacial encontram-se em dois tipos de fatos: a postura e a estrutura do corpo humano e as relações (quer próximas ou distantes) entre as pessoas. O homem como resultado de sua experiência íntima com seu corpo e com outras pessoas, organiza o espaço a

fim de conformá-lo a suas necessidades biológicas e relações sociais” (TUAN, 1983, p. 39).

Assim, na relação direta de espaço e corpo, Tuan (1980, p.16-17) argumenta como a escala é essencial e presente no processo de compreensão do espaço. A percepção humana funciona a partir de uma certa escala, algo relacionado ao tamanho do corpo humano, que condiga com sua realidade. Em exemplo, a proximidade para com animais ou objetos depende dessa semelhança de estatura. Animais muito pequenos, como insetos, não são facilmente (ou não são) tomados pela empatia, proximidade, comum de um ser humano como ocorre em relação a um gato ou cachorro. Da mesma forma, o autor menciona as estrelas, e que não podemos imaginar sua distância em questão de um milhão de quilómetros ou objetos de centenas de milhares de metros. Há um limite da compreensão da escala, na questão comparativa do próprio corpo, apesar de que objetos cujos tamanhos são muito menores ou muito maiores que o corpo humano, ainda podem ser pensados por vias não práticas, mas abstratas, imaginativas.

Assim, o corpo, aproximando de objetos de diferentes escalas, maiores ou menores que este, realiza movimentos, apreende, mesmo que não completamente, o espaço. Ao realizar essa apreensão, o pensamento do entorno, do que está ao redor, inicia-se o processo de localização do corpo. Onde o corpo está? “Onde eu estou”? Para responder essas perguntas, é preciso uma reflexão do espaço para além do que os sentidos representam. É preciso trazê-lo para si, para a própria experiência.

O que significa estar em algum lugar? Talvez seja mais fácil compreender justamente o oposto, mais nítido ao raciocínio quotidiano: O que significa estar perdido? Tuan coloca:

“O que significa estar perdido? Sigo uma trilha na floresta, saio da trilha, e de repente sinto-me completamente desorientado. O espaço ainda está organizado de acordo com os lados do meu corpo. Há regiões à minha frente e às minhas costas, à minha direita e à minha esquerda, mas não funcionam em relação aos pontos de referência externos, e portanto são inúteis. As regiões em frente e atrás de repente parecem arbitrárias, pois tanto faz eu ir para frente ou para trás” (TUAN, 1983, p. 41).

Estar perdido homogeniza o espaço. Não se encontra diferenças, não se possui uma direção. Todo o redor se torna único e incompreendido. Os objetos podem variar – além da floresta, pode-se pensar em uma longa estrada entre duas cidades, ou entre dois estados. Se não houverem placas para indicar localizações em noite de lua nova, tanto ir para frente ou para trás parecerão o mesmo. A indiferenciação do espaço leva o corpo a estar perdido. O espaço homogêneo perde sua dramaticidade, o que aproxima o corpo do

entorno. Tuan (1983, p. 41) finaliza seu exemplo da floresta ao mencionar que basta uma “luz oscilante” aparecer, que o espaço “recobra dramaticamente sua estrutura”, ele se remonta em sentido e o “perdido” pode passar a ser passado. Cria-se uma direção para se seguir.

Estar perdido não é somente uma mudança no espaço, no externo ao corpo, mas uma mudança diretamente atrelada ao “eu”. Estar perdido não é apenas não saber onde se está, mas também perder a si mesmo. A dúvida, o medo, ambos podem ocorrer em situações em que se está perdido. Pode-se andar, hoje, cerca de 50km de distância de casa com facilidade em função do desenvolvimento da tecnologia dos transportes. Apesar da distância, é possível reconhecer os caminhos de casa e o lugar em que se visita a 50 quilómetros. Mas, basta apenas a falta de prática e de objetos de auxílio para localização (como placas, ou o próprio celular com funções de navegação espacial) que uma pessoa pode se entender como perdida. Estar perdido em uma cidade como São Paulo pode ser um grande empecilho, além de carregado de perigos. O mero entendimento dessa possibilidade, de estar exposto a algum perigo desconhecido, é fruto do “estar perdido”. É perder a segurança de si – mesmo em situações de simplicidade, como se perder em um shopping, pode trazer um certo nervosismo a depender da pessoa – é se sentir exposto contra a vontade. Tuan (1983, p. 42) aponta: “o homem, pela simples presença, impõe um esquema no espaço. Na maioria das vezes, ele não está consciente disto. Sente sua falta quando está perdido”. Perder-se no espaço é, às vezes, perder-se de si mesmo também.

Dessa forma, o espaço torna-se completamente moldável por via do corpo. É o corpo que trará a noção de espaço para uma pessoa. É do corpo que ela vê o espaço e sente o espaço. O que está próximo, o que está longe, o que é distância – “distância é distância da própria pessoa” (TUAN, 1983, p. 53). Tuan também comenta acerca da posição do corpo e que ela marca uma espécie de “marco zero” na construção do espaço. O ser humano, quando em pé, constrói o espaço; quando deitado, deixa esse espaço construído para trás e retorna ao “zero”:

“A cada dia desafiamos a gravidade e outras forças naturais para criar e manter um mundo humano ordenado. À noite cedemos a estas forças e deixamos o mundo que havíamos criado. A posição ereta é afirmativa, solene e altiva. A posição deitado e submissa, significando a aceitação de nossa condição biológica” (TUAN, 1983, p. 42).

Assim, percebe-se uma “criação do espaço” por via da posição do corpo e do movimento que este realiza. A interação do corpo e meio leva à “criação” do espaço ao redor do corpo. “Toda pessoa está no centro do seu mundo, e o espaço circundante é diferenciado

de acordo com o esquema de seu corpo. Quando ele se move e vira, também o fazem as regiões frente-atrás e direita-esquerda ao seu redor” (TUAN, 1983, p. 46).

2.2 – O corpo e espaço: o movimento que cria

Yi-Fu Tuan (1983) enfatiza a importância do movimento do corpo no espaço para que este seja “percebido”. O espaço toma forma pelo movimento do corpo. A essa criação do espaço, o autor dará o nome de “espaciosidade”. Esta é relacionada à liberdade de se movimentar. O movimento ocorre conforme existe a espaciosidade.

“espaciosidade está intimamente associada com a sensação de estar livre. Liberdade implica espaço; significa ter poder e espaço suficientes em que atuar. Estar livre tem diversos níveis de significado. O fundamental é a capacidade para transcender a condição presente, e a forma mais simples em que esta transcendência se manifesta é o poder básico de locomover-se” (TUAN, 1983, p. 59)

Assim, espaciosidade é também uma forma de medir o potencial movimento que pode se realizar pelo corpo no espaço. Denota o movimento do corpo e o espaço criado – ou, melhor, percebido – pelo corpo durante seu movimento.

Conceber a noção de espaço a uma pessoa tem ligação direta com os movimentos que esta realiza e é capaz de realizar. Talvez não saibamos o que é voar nunca estando em um avião, ou mergulhar profundamente sem termos feito uso de equipamentos próprios para tal. Mas, dentro do limite do movimento corpóreo, o ser humano é capaz de conceber sua noção de espaço – maior ou menor – a partir de seus sentidos, usufruindo de sua percepção, acumulando sua experiência e compondo, assim, sua vivência enquanto ser humano. O autor coloca:

“No ato de locomover-se, o espaço e seus atributos são experienciados diretamente. Uma pessoa imóvel terá dificuldade em dominar até as ideias elementares de espaço abstrato, porque tais ideias se desenvolvem com o movimento – com a experiência direta do espaço através do movimento” (TUAN, 1983, p. 59).

Dessa forma, Tuan sugere que a mobilidade humana determina a possibilidade de usufruto do espaço, a espacialidade. Porém, isso não deve ser levado como máxima perante o corpo humano. O raciocínio descabe conforme uma questão de acessibilidade: o espaço a ser utilizado depende do corpo, sim, mas se este espaço for construído sob possibilidades de acessibilidade, mesmo o corpo em condições incomuns de mobilidade, terá o acesso à sua particularidade. Seu movimento próprio será acolhido pelo espaço e o

corpo acolherá o espaço a ser usufruído. A afirmação de Tuan pode ser considerada em locais cuja acessibilidade não exista ou não seja possível (como uma floresta densa, por exemplo, que mesmo sob condições comuns de mobilidade corpórea, já se fazem muito peculiares em comparação com o caminhar em uma calçada bem construída), mas não pode ser tida como verdade em todas as situações humanas.

Além da acessibilidade, também pode-se considerar a técnica. O desenvolvimento tecnológico que aumenta a rapidez do grande cruzamento de distâncias através dos transportes, como carros, motos, aviões, mas que também, segundo Tuan, a depender da posição que a pessoa ocupa neste transporte – se motorista ou passageira –, retiram parte ou toda a experiência do espaço aproveitando pelo corpo. O autor aponta que

“instrumentos e máquinas ampliam a sensação de espaço e espaciosidade do homem. O espaço que é mensurável pelo alcance dos braços estendidos torna-se um mundo pequeno quando comparado com aquele que é medido pela distância do arremesso da lança ou o tiro de uma flecha (...). Um instrumento ou máquina aumenta o mundo da pessoa quando ela sente que é uma extensão direta de seus poderes corporais. Uma bicicleta amplia a sensação de espaço do homem, assim como um carro esporte” (TUAN, 1983, p. 60).

Portanto, a sensação de espaciosidade é mutável a partir do instrumento técnico ou tecnológico que se aplica ao movimento. O corpo que pilota um carro ou avião o percebe, de certa forma, como uma espécie de extensão corpórea. É ser ativo perante o objeto tecnológico que aumenta a possibilidade de movimento.

Em contrapartida, há também o caso da passividade em função dos meios de transportes, em que, se o piloto ou motorista tem sua experiência espacial aumentada de alguma forma, o passageiro se torna passivo, parado no espaço interior do transporte enquanto este se desloca à medida da vontade do piloto ou motorista. Segundo Tuan (1983, p. 60), a passividade de estar como passageiro em um meio de transporte faz com que o primeiro se torne passivo perante a experiência da espaciosidade.

De volta à questão da acessibilidade, uma ferramenta tal como uma bengala, ou uma cadeira de rodas, funciona como uma extensão do corpo para melhor aproveitar a espaciosidade. Por mais que existam particularidades, elas ainda permitem o acesso ao espaço tal como pessoas de mobilidade tidas como comuns – ainda que o autor não as comente.

Da espaciosidade, a liberdade no espaço, independente da forma com que ocorre, desde que haja a acessibilidade para tal. Pode-se apontar, por outro lado, a reflexão oposta à liberdade existente pela espaciosidade. Se a primeira é a abertura, a oportunidade, o movimento; esta será a que reduz, que subtrai, que minimiza o movimento e a liberdade

de movimentar. A este sentimento de redução da liberdade, da dificuldade de se estar e aproveitar um espaço em movimento, Tuan o chamará de apinhamento. “À medida que as pessoas penetram no espaço, para cada uma chega um ponto em que a sensação de espaciosidade passa ao seu oposto – apinhamento” (TUAN, 1983, p. 67), em que se define da seguinte forma:

“o que é apinhamento? Podemos dizer que uma floresta está apinhada de árvores e um quarto está apinhado de bugigangas. Mas são basicamente as pessoas que nos apinham; elas, mais do que as coisas, podem restringir nossa liberdade e nos privar de espaço” (TUAN, 1983, p. 67).

Assim, a espaciosidade está para a liberdade em um espaço tal como o apinhamento está para a restrição no espaço. A liberdade que possuímos em um momento próprio em casa, como cantarolar enquanto transita os corredores, ou utilizar roupas antigas apenas para descansar naquele dia é perdida se houver outra pessoa na mesma morada. Treinar um discurso para uma turma de formatura em uma sala de aula vazia é uma experiência interessante para se preparar à chegada de um momento tão importante como a colação de grau. Mas se, de surpresa, surgir uma pessoa desconhecida e pegar o praticante do discurso no meio do ato, a situação de constrangimento fará o discursante cambalear, perder o foco e até balbuciar. Sua liberdade de movimento e fala para praticar um discurso a sós foi restrita por um desconhecido que passava e decidiu entender o que ocorria ali, naquele momento.

2.3 - Corpo e Lugar: o íntimo, por Yi-Fu Tuan

Do corpo se abrem as portas para o mundo. É pelo corpo que se experimenta o espaço. Do corpo, se cria as aversões e intimidades sobre o espaço – o espaço que afasta, que machuca, que é hostil, que se busca afastar; e o espaço que acolhe, aconchega, que traz paz, relembraria boas memórias e se busca encontrar, chama-lo de seu. O primeiro espaço, que afasta e machuca, talvez não tenha um nome específico, descriptivo o suficiente para nomeá-lo; o segundo, por outro lado, possui: é chamado de lugar. O autor coloca: “Lugar é uma pausa no movimento. Os animais, incluindo os seres humanos, descansam em uma localidade porque ela atende a certas necessidades biológicas. A pausa permite que uma localidade se torne um centro de reconhecido valor” (TUAN, 1983, p. 153). Lugar remete ao descanso, ao aconchego, à tranquilidade. Dos lugares, os

mais íntimos são aqueles das quais as pessoas podem se sentir regeneradas. Um local que após uma semana estressante, ou uma situação que altera alguns cursos da vida, pode trazer a paz e o conforto para o cuidado com os próximos passos. “Os lugares íntimos são lugares onde encontramos carinho, onde nossas necessidades fundamentais são consideradas e merecem atenção sem espalhafato” (TUAN, 1983, p. 152). O lugar, ponto específico em um espaço amplo, é o diferencial para a aproximação do corpo ao espaço. Sem o lugar, o corpo fica avulso, automático. Ele se move, percorre o espaço, interage, mas muitas vezes de forma passiva; quando há o lugar, o corpo, com todos os sentidos, percebe e registra seu momento. Sente o toque dos ventos leves ao corpo em uma manhã calma de sol na varanda de uma casa em uma cidade interiorana, que lembra a morada da infância, quando vivia junto dos pais e irmãos, alugada para o descanso de dezembro ou janeiro a fim de fugir da vida frenética paulistana, com cheiro de mato próximo, que se mistura ao cheiro quente do café recém passado. O escutar do canto das aves, as cores das borboletas que aparecam flutuar próximas aos jardins; o burburinho das crianças da vizinhança correndo e brincando nos arredores.

Talvez uma casa de repouso qualquer forneça muitas das características supracitadas, mas o ponto chave de todo esse acontecer se localiza na memória. O lugar se realiza na memória da pessoa, onde, no exemplo acima, se lembra da infância, da companhia da família. Tem gosto de lar. Gosto do qual, se fosse uma pousada litorânea em alta temporada de Santos ou Guarujá em janeiro durante as férias de início de ano, não fosse tão intenso. O descanso provavelmente ocorrerá nos dois casos, de duas formas diferentes, mas apenas a casa interiorana remeterá a memória deste indivíduo específico. O tocará suas sensações percebidas na infância, suas percepções registradas e transformadas em experiência – experiência esta que remete ao aconchego. Um lugar especial, assim, surgirá, que remete à uma paz específica originada das boas memórias vividas.

Mas não somente o lugar de apego e paz é propriamente o Lugar em todos os aspectos. O Lugar, principalmente, se faz ponto específico no espaço. É onde há a diferenciação de todo o entorno, onde se entende especificamente, de forma natural, o que ocorre e o que lá existe. Um professor que trabalha em uma escola no centro da cidade de São Paulo, sai de uma estação próxima de metrô e desce uma rua tomada por uma grande ladeira até chegar ao seu local de trabalho. Este local, específico dentre todos os outros comércios ao redor, desde botequins e bares próximos, aos prédios comerciais voltados exclusivamente para escritórios de serviços, é também um lugar. Este lugar, no

caso, é o lugar de trabalho. Onde ocorre toda a vida em torno do professor, seu contato com alunos e a coordenação, seus colegas de trabalho de sala de aula e funcionários da administração, segurança e limpeza. Lá se passa parte do tempo de alguns dias da semana, se vivem momentos que só lá podem ser vividos, criam-se experiências específicas daquele local. As memórias criadas podem ser boas ou ruins, a depender da experiência que se cria por lá, das interações que acontecem, especialmente do tratamento da empresa com seus funcionários. O lugar de trabalho também pode ser lugar – não o que traz paz e tranquilidade – mas onde se criam memórias genuínas, experiências que serão boas ou ruins, mas que, enfim, se diferencia de toda extensão do espaço vivido. O lugar de trabalho parece demarcado. Não necessariamente se escolhe o lugar, mas se trabalha onde há a possibilidade de trabalhar (se existem vagas para a disciplina que este professor leciona, se este professor é desejado pela empresa para ali trabalhar, dentre outros fatores de mercado, que por vezes podem ser cruéis). Mas, definitivamente, uma coisa é certa: o lugar de trabalho é somente lugar de trabalho. É muito difícil transferir o ato de trabalhar para lugares não próprios de trabalho, como, por exemplo “levar o trabalho para casa” ou, como ocorrido ao longo da pandemia de Covid-19 em 2020, 2021 e possivelmente continuará em 2022, o “*homeoffice*”. Assim como se faz difícil levar a tranquilidade e paz encontradas na casa própria para o lugar de trabalho, na escola em que se leciona, no escritório em que se organiza a papelada e administra serviços. São pontos específicos no espaço que não se misturam com facilidade.

O Lugar é íntimo, mesmo que não toque seus mais profundos sentimentos, ele tem a sensação de “seu”. Tem gosto de posse, de domínio. Mesmo que a experiência vivida seja ruim em um lugar de trabalho, por exemplo, se domina o conhecimento acerca daquela realidade, das situações ali vividas, para serem relatadas à posteriori aos que se interessem por essa vida profissional. O Lugar é o que diferencia a “casa” do “lar”. Tuan (1983, p. 160) define o lar como um lugar íntimo. O autor não diferencia “lar” e “casa”, mas para a vida metropolitana atual, é importante refletir acerca dessa diferença. A casa é um abrigo importante, que pode ser passageiro, mas o lar é o abrigo que, de um momento para outro, muda todo o sentimento vivido num dia difícil. É o local que se desliga, que se foge do mundo para o descanso interno. Nos dias de hoje, aparenta ser muitíssimo difícil encontrar um “lar” nas grandes metrópoles, cujo custo de vida se faz cada vez mais caro e, em função do advento das políticas neoliberais, o trabalho remunerado dá cada vez menos conta de pagar todas as despesas quotidianas básicas, de teto, água e comida para uma pessoa viver de forma digna. O próprio aluguel deveria ser algo tido como

oposto ao conceito de lugar. Paga-se para morar em um local que não lhe pertence, que pode ser despejado a qualquer momento, por mais que exista um contrato de estadia. Uma casa alugada não pode ser lar, pois não é estável, não é próprio. Mesmo que pessoas afirmem e reafirmem viverem bem, ou até melhor, através de aluguéis, isso não cabe à questão do lugar enquanto lar, mas sim da capacidade de utilização de sua renda e trabalho para viver em trânsito de casa em casa, ao longo do tempo. Não existem lares alugados.

O termo “lugar”, apesar de seu uso atrelado a um raciocínio geográfico, também pode ser coloquialmente usado para descrever outras relações, entre pessoas e pessoas, que, ao fim, se relacionam com o espaço. Lugar também é ter lugar com o outro, é o outro também ser seu lugar. Seu porto seguro. Uma mãe que cuida do filho; uma namorada que conforta sua companheira em um momento difícil, um irmão que acolhe o outro na orfandade. Tuan aponta, à sua forma:

“As pessoas idosas podem não querer sobreviver por muito tempo à morte de seu companheiro, mesmo quando dispõem de condições materiais para continuar vivendo. Por isso falamos em *descansar* na força de outra pessoa e em *morar* no amor de outrem. Mesmo assim, a ideia de uma pessoa como ‘lugar’ ou ‘lar’ não é aceita de imediato” (TUAN, 1983, p. 154).

O autor coloca, de fato, “a ideia de uma pessoa como ‘lugar’ ou ‘lar’ não é aceita de imediato”, mas, ainda assim, dialoga com o termo. Uma pessoa “ser” lugar pode não remeter a um uso geográfico direto para a palavra, mas ainda serve como apoio para uma relação espacial concisa. No caso de um amor companheiro, entre um casal de qualquer gênero, uma pessoa pode ser lugar a outra, mutualmente. É o caso quando casais mudam de cidade ou estado em função da carreira de um dos conjugues. Talvez o que esteja mudando em função apenas do parceiro não goste do local que estão a se mudar, mas, pelo outro, qualquer local pode ser seu lugar. Não só o apego ao companheiro ou companheira, mas também à família, quando há a mudança de um dos integrantes deste grupo que não suporta estar longe de seus familiares e retorna à casa, pouco tempo depois, para morar novamente na mesma cidade natal após uma temporada de trabalho em outra cidade ou país. Há, assim, um lado romântico, pessoal e emotivo para além do uso geográfico do termo. O Lugar, às vezes, ocorre em função de outrem, e não apenas do espaço, ainda que a finalidade do conceito seja espacial: o apego ao outro existe e também produz o apego ao ponto do espaço em que vivem.

Nesse sentido, lugar revela emoções, sentimentos. Traz à tona felicidades e anseios, tristezas e decepções. Tudo o que está ligado ao íntimo das emoções humanas. O lugar é o ponto de aproximação do interior emocional humano ao externo espacial

indiferenciado. O lugar é o que torna um espaço dotado de potências emocionais, é o que aproxima, é o que pessoaliza. O Lugar é o que mais dramatiza o espaço geográfico. É por ele que se consegue entender a fundo as noções espaciais, é por conta do apego ao redor, da experiência vivida neste ponto específico que constrói as mais diversas e importantes memórias – sejam estas boas e ruins – que permite que um pensamento geográfico saia da teoria e entre na prática de um verdadeiro raciocínio geográfico. Em geografia, não basta teorizar: é preciso ir a campo. É preciso viver o espaço, sentí-lo inteiramente, mesmo que por pouco tempo em uma tarde qualquer. Um trabalho de campo também é lugar: o lugar da prática corpórea da geografia. Acima de qualquer maquinário tecnológico avançado, a experiência vivida “ao vivo e a cores” pelo geógrafo em campo é o que cria uma geografia concisa.

Por outro lado, existe também uma sensação oposta a do acolhimento sobre um Lugar tomado como íntimo. Há um ponto no espaço que pode ser tomado pelo desconforto, que expulsa, incomoda. Não necessariamente é um espaço pouco seguro, mas que se deseja sair ou que esse momento naquele lugar passe. Foi comentado no subcapítulo anterior a respeito da sensação de apinhamento, trazida pelo autor como a perda de liberdade no espaço, a restrição encontrada neste. Da restrição, assim, o apinhamento também pode ser tido como como um lugar desconfortável. Não somente atrelado às situações, como as descritas anteriormente ou nos escritos de Yi-Fu Tuan, em situações quotidianas, mas também pode-se utilizar uma escala menor (corretamente falando, em uma escala menor, aumenta-se a área cartografada), quando um lugar promove, a priori, o desconforto: se sente apinhada a pessoa que vive em uma cidade que não gosta de viver. Que trabalha em um local ou ofício em que não gosta de trabalhar. Que vive com uma família invasiva, talvez com violência doméstica, constantemente desconfortável com o redor quando se adentra determinado espaço. Este espaço específico é um lugar, mas não de descanso ou tranquilidade: é um lugar apinhado.

Para compor a sensação de lugar, se levantam memórias positivas, experiências guardadas com carinho e sensações que se querem sentir de novo. “O meu lugar”, frase que pode remeter a alguma lembrança romântica de um filme ou livro, envolvendo o encontro do ou da protagonista com o seu sentimento de pertencimento mais sincero. Mas um lugar pode ser ruim, pode ser o lugar que traz más recordações, que gera arrepios, que traz ansiedade. Este lugar não é só dito como “lugar”, pois a palavra sozinha denota um sentimento positivo. Um lugar desconfortável necessariamente deve trazer seu

posicionamento, pois, senão, o coloca em uma posição contrária a que se quer expor ao outro.

Essa emoção é essencial, tanto quanto às sensações positivas, de serem levantadas sobre a reflexão de lugar. No corpo se experimenta o espaço: do bom e do ruim. Do melhor e do pior. Do agradável e do doloroso. Nele se sente tudo, por ele se se aprende, nele se vive. Não existe vida sem espaço e uma vida que não reflete suas sensações, percepções espaciais é empobrecida demasiadamente. No espaço se vive, se sente, se percebe. O corpo se movimenta e cria experiência. A vida se realiza em um espaço composto de lugar, movimento, sentimentos, tudo pelo catalisador primordial da vida humana entre externo, nomeado pelo espaço, e o interno, das emoções e pensamentos: o corpo. Pensar o corpo é, portanto, o primeiro passo para pensar o espaço. Trazer o espaço para a experiência pessoal é aquilo que desmistifica o pensamento espacial. É o que facilita o raciocínio que envolve o espaço, o entorno. É pessoalizando que se dramatiza o espaço, que completa o raciocínio espacial.

Um raciocínio espacial sem trabalho de campo é meramente teoria. É irreal, é abstrato. Difícil para olhos e imaginação desacostumados com o tema. Mas, basta uma visita, uma volta por entorno do espaço a ser debatido, que toda a experiência espacial ganha, curiosamente, corpo, para ser compreendida. A experiência primária pelo corpo no espaço é essencial para um raciocínio geográfico. Sem a experiência corpórea e apenas a teoria, se distancia o leitor ou estudante de um raciocínio espacial. Retira o que leva a um raciocínio estratégico, que gera entendimento sobre as relações espaciais entre si e outros com o espaço, e das diferenças de determinados recortes espaciais para outros recortes. A pessoa que comprehende seus sentimentos, seu sentir mais puro, de seu corpo ao espaço, já possui todas as ferramentas possíveis para realizar um raciocínio geográfico.

Mas, o que é um raciocínio geográfico? O que compõe um raciocínio espacial? O que é um pensamento estratégico por conta desses raciocínios? Um raciocínio geográfico é uma linha de pensamento que interliga diferentes características, acontecimentos e atores presentes no espaço. É o raciocínio que promove um pensamento estratégico do espaço em qualquer medida, seja em uma escala muito pequena (ou seja, que engloba todo um Estado-nação) ou muito grande (que envolva uma cidade, um bairro ou mesmo uma aldeia). Esse pensamento estratégico leva a pessoa em questão a entender o seu entorno, o que lá ocorre e pode ocorrer quais atitudes tomar perante a todos esses fatores juntos e, principalmente, auxilia a pessoa se localizar – não entender onde seu espaço ocupado está em uma carta, mas sim compreender o que é espaço que ela ocupa, quais as

ações que podem haver nele, como ele influencia sua percepção, experiência e vivência. Yves Lacoste (2012) apresenta uma reflexão epistemológica da ciência geográfica buscando auxiliar no entendimento do conhecimento geográfico, de forma com que o leitor ou estudante de geografia possa refletir acerca desse conhecimento em um sentido menos apegado a um passo a passo científico, necessariamente. O autor comenta, sobre a geografia:

“Trata-se de fato de uma ciência? Pouco importa, em última análise: a questão não é essencial, desde que se tome consciência de que a articulação dos conhecimentos relativos ao espaço que é a geografia, é um saber estratégico, um poder” (LACOSTE, 2012, p. 23)

Assim, toma-se um caminho de pensar a geografia em um âmbito menos atrelado aos moldes científicos, e mais a uma conciliação de conhecimentos próprios e empíricos – ainda que estes possam ser organizados de formas específicas – para que, inclusive, se encontre uma geografia mais próxima do leitor que se encontra fora do ambiente acadêmico.

Refletir sobre o corpo e o espaço que este ocupa é o primeiro passo para a compreensão do espaço e os fatores que podem englobá-lo. Do corpo se experimenta o espaço e o espaço pode infinitamente variar suas características, pois bastam alguns passos e já se muda a configuração espacial que estava há uma quadra atrás. Pelas reflexões do corpo no espaço se encontra uma pessoalização do espaço ao entorno. Se chega mais facilmente à geografia vivida e, por conseguinte, ao raciocínio geográfico.

CAPÍTULO 3 – Do corpo à geografia: a pessoalização e dramatização da ciência geográfica

3.1 – Articulando a geografia a partir de Yves Lacoste

Para se chegar ao entendimento consolidado sobre Geografia, de relacionar o corpo, o vivido, à ciência geográfica, é preciso comprehendê-la de maneira mais clara. Yves Lacoste (2012) traz que a geografia é um saber fundamental, mas que passa a ser ofuscada por uma forma fantasiosa e, principalmente, distante dos cidadãos quando ensinada na escola e estudada na universidade, e que os próprios geógrafos perderam, com o tempo, sua noção de ser, que é saber “pensar o espaço para que ali se possa agir mais eficientemente” (LACOSTE, 2012, p. 208), colocando a geografia como um saber estratégico, de uso e eficiência do espaço para melhor servir a humanidade – ou, ao

menos, os que detém o poder ou os que compreendem a importância de uso estratégico do espaço.

O autor divide a geografia em duas vertentes: uma geografia do Estado e uma geografia dos professores, em que a primeira é apresentada como uma geografia estratégica, apropriada pelos que detêm o poder num Estado e a utilizam como forma de perpetuação deste, onde unindo diferentes âmbitos da geografia – de “práticas militares, políticas, financeiras” (LACOSTE, 2012, p. 26) – formando aquilo que se pode chamar de ‘a geografia dos estados-maiores’” (LACOSTE, 2012, p. 31) e a dos professores, que torna a geografia um objeto de conhecimento utilizado apenas para ser decorado, sem interligação dos seus fatores, em que intrinsecamente é utilizada para “mascarar a importância estratégica dos raciocínios centrados no espaço” (LACOSTE, 2012, p. 31).

A geografia denota seu poder estratégico de controle. Conhecer a geografia significa conhecer as decisões do poder e a possibilidade de se rebelar contra aquele que oprime. O opressor, seja o líder de um Estado, sejam as grandes corporações, que também possuem espaço nesse poder, busca ocultar o acesso a esse conhecimento pela base da sociedade. A classe trabalhadora é submetida a condições dificílimas em seu quotidiano, ao passo que tem seu direito ao conhecimento geográfico sequestrado sem que jamais saibam. Yves aponta:

“a geografia dos professores funciona, até certo ponto, como uma tela de fumaça que permite dissimular, aos olhos de todos, a eficácia das estratégias políticas, militares, mas também estratégias econômicas e sociais que uma outra geografia permite a alguns elaborar” (LACOSTE, 2012, p. 33).

Assim, a geografia se faz um conhecimento estratégico não só aos que elaboram os passos de uma nação, mas também aos habitantes da mesma, da base das classes sociais. Quando uma população que não detém o poder político e econômico tem acesso ao conhecimento, ela descobre que o maior poder, acima dos dois primeiros, é o que ela possui enquanto povo, unido, em uma nação.

Em contrapartida, a geografia dos professores não denota, necessariamente, que a geografia escolar é errada e deve ser erradicada. Pelo contrário. Sua crítica se baseia no fato de que, quando a Geografia passa a ser ensinada nas universidades, e a posteriori, nas escolas, há o desejo de se separar a Geografia das questões políticas, pois desejava-se que a disciplina se consolidasse, de fato, como ciência. Naquele momento, ciência possuía uma característica maior: era direta, invariável e não tendenciosa politicamente.

Por isso, a Geografia deveria se separar de todo o debate político existente, para se consolidar, de fato, como uma ciência.

Mas, como superar essa “cortina de fumaça” formada pela chamada “geografia dos professores” que Yves Lacoste critica e elabora? Para isso, é necessário, antes, entender o que o autor traz como reflexão epistemológica da geografia para, posteriormente, colocá-la no plano quotidiano das pessoas submetidas ao ensino dessa geografia desinteressante.

O autor destrincha a problemática em sua obra *A geografia* – isto serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra (1975). Apresenta de que a geografia, em sua gênese, se apoia em fatores políticos – precisa deles para se tornar um conhecimento robusto, e não somente a representação e movimentação de diversas ciências (climatologia, botânica, economia, dentre outras) no discurso dos geógrafos.

Nesse sentido, o autor articula sua linha de pensamento que sugere a construção de uma geografia consolidada, que se faz objeto de uso de todos os cidadãos e não só o Estado ou grandes corporações. Essa geografia consolidada, cujo baluarte se faz pelo raciocínio geográfico, é composta por três pilares: a espacialidade diferencial, a diferenciação dos níveis de análise, e os conjuntos espaciais e as ordens de grandeza envolvidas, que serão destrinchadas e contextualizadas adiante.

Lacoste (2012, p. 45-46) comenta que as noções espaciais dos seres humanos estiveram sujeitas a serem alteradas com o desenvolvimento tecnológico. Junto ao advento dos transportes, especialmente, ou da “diminuição do tamanho dos espaços”, em função dessa efetividade dos transportes para qualquer local do globo, houve o direcionamento das noções espaciais humanas a não saberem mais apenas seus contextos próprios e locais, como de uma aldeia, mas perpassam, hoje, sobre cidades próximas e mesmo distantes, para compor a vivência quotidiana entre trabalho, consumo e descanso:

“Outrora, na época em que a maioria dos homens vivia ainda par ao essencial, no quadro da autossubsistência aldeã, a quase totalidade de suas práticas se inscrevia, para cada um eles, no quadro de um único espaço relativamente limitado: o *terroir* da aldeia e, na periferia, os territórios que relevam das aldeias vizinhas. Além, começavam os espaços pouco conhecidos, desconhecidos, míticos. Para se expressar e falar de suas práticas diversas, os homens se referiam, portanto, antigamente, à representação de um espaço único que eles conheciam bem concretamente, por experiência pessoal” (LACOSTE, 2012, p. 41-42).

Nesse sentido, se constrói a necessidade de dominar o conceito de espacialidade diferencial. O autor resgata este conceito de Alain Reynold em “a geografia, o mito e a ciência” (1974), cujo raciocínio é essencial durante a obra completa de Yves. De forma

simples, a espacialidade diferencial se refere à noção de perpassar diferentes espaços e compreendê-los, sabê-los utilizar da melhor forma possível, independente da situação – não somente de forma estratégica para o controle de um Estado ou de uma grande corporação, mas, também, para o cidadão comum. O entendimento da espacialidade diferencial é o raciocínio base para que uma pessoa comprehenda a mudança do espaço em que ela se localiza. Essa necessidade se faz devido ao avanço das tecnologias, especialmente de transportes, que causa, hoje, uma percepção de “redução das distâncias”. No caso, a distância não diminuiu, mas a facilidade de se alcançar novos locais de forma rápida e prática, hoje, se faz muito presente. Nesse contexto, o acesso das pessoas a diferentes espaços aumentou esmagadoramente, necessitando, cada vez mais, compreender as diferentes características dos espaços o qual essas pessoas se locomovem diariamente, e não mais sob apenas à perspectiva de um local “caseiro”, “próprio”, como a aldeia mencionada por Yves. Assim,

“De fato, o desenvolvimento das trocas, da divisão do trabalho, o crescimento das cidades, fazem com que para cada um o espaço (ou espaços) limitado do qual ele pode ter o conhecimento concreto não corresponda mais que a uma pequena parte somente de suas práticas sociais” (LACOSTE, 2012, p. 43)

Dessa maneira, a população adentra a uma confusão imperceptível no quotidiano, não conhecem o espaço do qual vivem e frequentam e como as políticas públicas e grandes empresas agem sobre esses diferentes contextos espaciais.

“Hoje, as coisas mudaram muito e a massa da população se refere mais ou menos conscientemente, através de práticas as mais diversas, a representações do espaço extremamente numerosas que permanecem, na maioria dos casos, bastante imprecisas” (LACOSTE, 2012, p. 43)

Andam – andamos – como ovelhas em um espaço guiado pelas necessidades de sobrevivência. Pagar contas, comprar comida, pagar o aluguel. Não ser despejado, não morrer de fome, ter um teto para se abrigar. Esses são os princípios para se viver em uma cidade como São Paulo enquanto trabalhador. O aumento complexo das relações sociais nas metrópoles do mundo junto ao aumento da população; o maior desenvolvimento dos transportes, como já dito; o desenvolvimento de novas tecnologias que incidem diretamente no quotidiano das pessoas, especialmente pela tecnologia da informação e comunicação, que conecta a tudo e a todos (desde que tenham acesso) o tempo todo por seus *smartphones* e propagandas em todos os locais de trânsito na metrópole. Todo esse contexto confunde, e leva à necessidade de se conhecer melhor o espaço em que se encontra em que se percorre, os diferentes contextos espaciais. Como o espaço é

elaborado cá ou acolá. Tudo isso dialoga diretamente com a vida dos habitantes metropolitanos. Nesse sentido, Yves segue:

“As pessoas, cada vez mais diferenciadas profissionalmente, são individualmente integradas (sem que elas tomem claramente conhecimento disso) em múltiplas teias de relações sociais que funcionam sobre distâncias mais ou menos amplas (relações de patrão e empregados, vendedor e consumidores, administrador e administrados). Os organizadores e os responsáveis por cada uma dessas redes, isto é, aqueles que detêm os poderes administrativos e financeiros, têm uma ideia precisa de sua extensão e de sua configuração; quando um industrial ou comerciante não conhece bem a extensão de seu mercado, ele manda fazer, para ser mais eficaz, um estudo no qual será possível distinguir a influência que ele exerce (e a que ele pode ter) em âmbito local, regional, nacional, levando em consideração as posições de seus concorrentes” (LACOSTE, 2012, p. 43)

Apesar do contexto de Guerra Fria durante a escrita de sua obra A geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra (1975), seu raciocínio perante o desenvolvimento e a forma com que as pessoas são levadas pelo espaço – ao invés de compreendê-lo – se mantêm aos dias atuais.

Mas, se o espaço atualmente é construído de forma por demais complexa, que confunde os habitantes e, ainda por cima, não os ensina a se movimentar e compreender da melhor forma o espaço em que vivem, quais outros fatores poderiam auxiliar no entendimento dessa Geografia tão confusa? Será o caso de adentrar aos conjuntos espaciais e às ordens de grandeza dos objetos no espaço.

Yves Lacoste apresenta a noção de conjuntos espaciais buscando uma forma de englobar fatores no espaço, objetos presentes nele, para organizá-los, agrupá-los de forma mais direta, a fim de representar de forma mais certeira o contexto espacial cartograficamente e, a partir disso, elaborar melhores estratégias para se utilizar o espaço de forma mais efetiva – especialmente no caso do controle de Estado e das grandes corporações. O autor segue:

“o que é um conjunto espacial?

A anexação do adjetivo espacial à palavra conjunto tem por objetivo destacar que nesse procedimento de análise, que é fundamental no verdadeiro raciocínio geográfico, a maior atenção deve ser dada, na carta, ao traçado dos limites dos diversos conjuntos levados em consideração, à configuração particular de cada um deles. Não se trata de interseções de conjuntos teóricos (o entrecruzamento das célebres ‘batatas’ do diagrama de Venn que serve de rudimento à teoria dos conjuntos), mas de conjuntos definidos, cada qual, não somente por elementos e por suas relações, mas também pelo traçado preciso de seus contornos cartográficos particulares” (LACOSTE, 2012, p. 67).

Nesse sentido, Lacoste compara o uso dos conjuntos espaciais ao do conceito “região”, em que aponta que o uso dos conjuntos seria muito mais específico, de modo que se possa

estudar de forma mais precisa os fatores e características presentes em um recorte espacial, como um conjunto de montanhas, ou uma floresta, ou mesmo uma cidade, ao invés de trata-las como micro partes de uma grande região, como um estado que possui esses três fatores em si. Separar os fatores presentes de uma área de recorte espacial – quase como “circulá-los” – em conjuntos espaciais específicos permite trabalhar diretamente cada um deles sem, intrinsecamente, misturá-los sem direção a um grande todo da “região”. Permite compreender cada um de forma mais próxima, mais direta, e, ao interligá-los uns com os outros, elaborar um conhecimento geográfico mais próximo do leitor ou estudante sobre aquele contexto. Em poucas palavras, o conjunto espacial aproxima o contexto geográfico daquele que o estuda, facilita buscar interações que saiam do plano teórico e entrem em um plano empírico. Pode-se trazer à vivência do observador e estudante daquele contexto geográfico. Pelo conjunto, entende-se o clima, relevo e vegetação desse recorte em seu contexto próprio; levanta-se os fatores econômicos e sociais e as suas formas de se organizar.

Por exemplo, em uma carta cuja escala delimita um bairro, é possível separar conjuntos de rios, prédios, árvores, pontes, dentre outros. Assim, separando cada um desses pontos em conjuntos, facilita o perceber das partes que compõem o todo nesse recorte; permite criar uma linha de raciocínio que busca os objetos presentes no espaço representados na carta para interpretá-los na leitura – pois, uma carta de grande escala (ou seja, que engloba uma área “pequena”, como um bairro, no caso), pode se fazer complexa de ser entendida por olhares leigos. Talvez alguém que esteja desacostumado a trabalhar utilizando cartas, se aproxime de uma e apenas mencione: “é um mapa de um lugar”, sem saber ou ter uma mínima pista por onde começar a interpretá-la. Será uma foto “cheia de coisas” e nada mais: sem crítica, sem interação. Por outro lado, ao separar os objetos em conjuntos, pode-se criar um roteiro de pensamento, uma facilidade para a interpretação de cartas, além de o leitor imaginar-se próximo a cada um dos fatores apresentados.

Ademais, é preciso colocar: para trabalhar uma geografia que se aproxime do leitor ou estudante, um caminho é aproximá-lo de seu corpo. A reflexão da geografia com o corpo traz essa proximidade, imagina-se o espaço, cria-se uma história e facilita a interação com uma carta, sob a construção do raciocínio certo para se chegar a isso – pois, para uma pessoa que dificilmente teve contato com cartas, apresenta-las uma e pedir para que “imaginem seu contexto” sem nenhuma reflexão anterior provavelmente não se chegará a um bom resultado de interpretação da carta e de apropriação de um conhecimento geográfico.

Nesse sentido, existem limites. O mais próximo do corpo do leitor é seu quotidiano. Uma carta de escala grande pode facilitar essa aproximação de um raciocínio geográfico com seu corpo, sua vivência. Uma carta de escala pequena pode se tornar “invisível”, tão simplificada para caber no papel (como um país representado em meros 10 centímetros de altura), mas que carrega tantas características, relações, fatores geográficos, que “é mais fácil só imaginar o todo e pronto. É o que é”, sem críticas. A importância, portanto, da escala, é essencial, mas ainda mais, antes dela, é preciso partir da realidade: do tamanho dos objetos a serem cartografados, antes de sua transposição ao papel pela mudança de escala.

A essa atenção, Yves Lacoste apontará o cuidado que é preciso ter com as ordens de grandeza das quais podem pertencer cada conjunto espacial selecionado. Não somente dando atenção às diversas ciências de apoio à geografia (como climatologia, pedologia, economia, etc.), ou mesmo pensando diretamente na questão da escala, mas sim, de um raciocínio mais simples que um raciocínio cartográfico: a diferença de tamanho dos objetos.

“Não é suficiente, portanto, classificar os conjuntos espaciais em função das diversas disciplinas científicas que analisam, cada qual, uma porção da realidade (conjuntos geológicos, climatologia, botânica, demografia, sociologia, economia, etc.). É preciso também classificar essas diferentes categorias de conjuntos espaciais, não em função das escalas de representação, mas em função de suas diferenças de tamanho, na realidade” (LACOSTE, 2012, p. 82).

Yves comenta que antes da escala da carta (ou seja, já seria esse um objeto em um recorte espacial cartografado), é essencial levar em conta o tamanho desse objeto na pura realidade. Essa direção de pensamento acaba, indiretamente, a aproximar a pessoa deste objeto. Não é mais um pedaço de papel com a reprodução de uma dose de espaço minimizada milhares de vezes para que caiba em suas mãos, mas sim um lugar que pode ser imaginado, visitado, comparado a si, percebido. Levar em consideração o tamanho puro dos objetos a serem cartografados, antes de considerá-los diretamente em uma carta já pronta, é de suma importância para elaborar um conhecimento geográfico conciso. Esse raciocínio, indiretamente, se relaciona com o corpo da pessoa, ao comparar-se com o tamanho daquele outro.

De forma bastante clara, Yves escreve como ocorre a separação das chamadas “ordens de grandeza”:

“- Primeira ordem de grandeza, a dos conjuntos espaciais cuja maior dimensão se mede em dezenas de milhares de quilômetros: continentes e oceanos, grandes zonas climáticas, mas também um conjunto geográfico como

o Terceiro Mundo, o grupo dos países do Pacto de Varsóvia ou da Otan. Pode-se notar que esses enomes conjuntos não são tão numerosos e que eles são vistos num grau muito pronunciado de abstração

- Segunda ordem de grandeza, a dos conjuntos cuja maior dimensão se mede em milhares de quilômetros: Estados como a URSS, o Canadá, a China, conjuntos como o mar Mediterrâneo, uma grande cadeia de montanhas como os Andes.

- Terceira ordem de grandeza, a dos conjuntos em que a maior dimensão se mede em centenas de quilômetros: Estados como a França, Reino Unido, as grandes regiões ‘naturais’ como a bacia parisiense, cadeias de montanhas como os Alpes, os subconjuntos regionais dos Estados muito grandes.

- Quarta ordem de grandeza: a dos conjuntos em que as dimensões se medem em dezenas de quilômetros – conjuntos extremamente numerosos: pequenos maciços montanhosos, grandes florestas, aglomerações muito grandes, subconjuntos regionais de Estados que decorrem da terceira ordem de grandeza.

- Quinta ordem de grandeza, a dos conjuntos ainda mais numerosos, cujas dimensões se medem em quilômetros.

- Sexta ordem de grandeza, a dos conjuntos cujas dimensões se medem em centenas de metros.

- Sétima ordem de grandeza, aquela de inumeráveis conjuntos, cujas dimensões se medem em metros”. (LACOSTE, 2012, p. 83).

Dessa forma, é possível conceber uma relação mais próxima dos objetos encontrados no espaço, de árvores a montanhas. Separar o que se vê com os próprios olhos ou o que se lê em uma carta em pontos no espaço inteligíveis, que possam ser separados do todo, em seus conjuntos específicos, retiram a passividade da observação e o “inclinam à frente”, o incitam a atitude de compreender não só o “todo” enquanto paisagem que se enxerga, mas também a interação dos fatores presentes nesta paisagem. Partir do princípio não da escala, mas do tamanho puro do que se encontra – organizados pelas ordens de grandeza –, determina uma relação mais próxima da pessoa com o espaço. Ele é mais facilmente compreendido por trazer a própria experiência da pessoa à tona.

A variação do tamanho dos objetos – seus conjuntos espaciais – determina uma variação da “altura” a ser estudada. Nesse sentido, pode-se apontar essa diferenciação como a alteração do nível de análise. Esta estará diretamente ligada à escala, em que o autor aponta a escala como fator secundário justamente pelo fato de que certos fenômenos podem ser cartografados em escalas específicas, mas não em outras – talvez não seja possível cartografar uma cordilheira utilizando a mesma escala que cartografa um bairro em uma cidade pequena, por exemplo. Os problemas mudam, a forma de estudar o espaço cartografado difere:

“Mas como certos fenômenos não podem ser apreendidos se não considerarmos extensões grandes, enquanto outros, de natureza bem diversa, só podem ser captados por observações muito precisas sobre superfícies bem reduzidas, resulta daí que a operação intelectual, que é a mudança de escala, transforma, e às vezes de forma radical, a problemática que se pode estabelecer

e os raciocínios que se possa formar. A mudança da escala corresponde a uma mudança do nível de conceituação” (LACOSTE, 2012, p.74).

E Yves aponta, ao comparar cartas de diferentes escalas e fenômenos:

“Entre todas essas cartas de escala tão desigual, não há somente diferenças quantitativas, de acordo com o tamanho do espaço representado, mas também diferenças qualitativas, pois um fenômeno só pode ser representado numa determinada escala; em outras escalas ele não é representável ou seu significado é modificado. É um problema essencial, mas difícil” (LACOSTE, 2012, p. 72-73).

Dessa maneira, trazer o fenômeno espacial para uma compreensão mais próxima dos sentidos humanos, da experiência e percepção, antes do cálculo matemático da escala, se faz uma forma de aproximar uma geografia que parece nebulosa para pessoas “comuns”, que não são “homens do Estado”. É claro, ainda assim, a escala é artifício essencial da geografia. Para trabalhar com a ciência geográfica, é preciso cartografar. A falta da cartografia no discurso geográfico promove um conhecimento que pertence a sociologia ou filosofia, mas não à geografia. É preciso clareza: a escala não se faz uma ferramenta descartável. No raciocínio supracitado, ela é apenas colocada após a experiência de imaginar o tamanho e amplitude dos fenômenos espaciais, para aí sim, este ser cartografado sob o uso da escala.

3.2 – Do corpo à geografia; da geografia ao corpo: o quotidiano vivido como uma forma de dramatizar a geografia

Yves Lacoste (2012) coloca que a geografia é pensar o espaço, para agir nele mais eficazmente. Denota uso estratégico, seja para o Estado, seja para um comerciante ou transeunte que realiza sua jornada diária ao trabalho, para se apropriar e utilizar o espaço – da forma que pode – de forma mais eficiente. Assim, é preciso que a geografia não seja mistificada. É preciso que a geografia se torne acessível, mesmo que não se possua todo o conhecimento envolva das teorias dos maiores cientistas das ciências humanas, especialmente da geografia, para que se possa compreender seu contexto geográfico. O pensar a geografia é estratégico, independente da posição de poder ocupada pela pessoa, e ela pode ser acessível, contanto que se utilize o caminho certo: o que dialoga com a experiência própria da pessoa.

O ser constrói sua experiência no espaço através do corpo. Se uma geografia nebulosa, caracterizada pelo marasmo e pelo afastamento, pelo decorar de diversos nomes e fatores para ser aprovado, pode ser desmistificada quando trazida à realidade, ao quotidiano daquele que estuda, que lê a respeito, de modo que possa se conectar à geografia em questão, à geografia que está sendo estudada, seja na sala de aula, seja na universidade. Dessa forma, a geografia que era tão distante em um livro didático, ou a geografia que é taxada apenas como uma “leitura de mapas” – mesmo que a leitura seja muito fraca, sem nenhum raciocínio, apenas notando que “aquele mapa existe e apenas isso” – passa a ser pessoalizada. Passa a ser trazida para si no quotidiano da pessoa que a estuda. Assim, essa geografia passa a ser dramatizada.

O drama envolve o ser. Obras como peças de teatros ou filmes trazem sentimentos, mudanças, reflexões. Pinturas podem tocar o observador, pegá-lo desprevenido muitas vezes com o menor dos detalhes, com a mais inesperada intenção do ou da autora da obra. Muitas vezes não se explica aquilo que toca o ser quando uma pintura toca um sentimento, mas se sente que ele é tocante ao interno. São coisas que não cabem a uma racionalização, à total explicação e entendimento do por que nos sentimos tão próximos de algumas obras mais do que outras – talvez envolvam memórias íntimas, carinhosas, mas nem sempre se sabe o porquê de uma pintura nos afetar diretamente a ponto de causar lágrimas. Talvez a psicologia possa explicar a partir do subconsciente, mas, para além desta ciência, trata-se da questão do sentir, que aproxima o observador da obra. Há uma relação que aproxima e comove o observador: o drama causa interesse e o atrai, seja por uma peça ou filme, seja por relembrar memórias que o observador sequer sabia que ainda estavam com ele. Yves Lacoste (2012, p. 229) comenta: “o drama, etimologicamente, é primeiro a ação, e em seguida o ‘relato de uma sucessão de ações, de forma a interessar, a comover espectadores no teatro’; e por que não os alunos numa sala? ”.

De fato, fala-se de drama que causa interesse em obras de arte, que toca a curiosidade do decorrer da trama em uma peça de teatro, enquanto Yves Lacoste propõe a utilização dessa ferramenta – o drama – para atrair alunos em uma sala de aula durante o ensino da geografia. Mas que caminho tomar para que isso ocorra? Como transformar a Geografia em algo pessoal para o ouvinte e observador, a ponto de interessar e trazê-lo ao estudo dessa ciência de modo inspirador? O drama, por si só, não responde essa pergunta. É vago e aberto. Não se entende, de forma clara, como levar a geografia por este caminho – como transformar uma ciência que se fez construída de forma desinteressante por tanto tempo, considerada apenas um conhecimento descritivo por

leitura de mapas (com raciocínios semelhantes a: “este estado está aqui, aquele está lá”, etc.) em uma ciência que interessa ao estudo e reflexão de forma tão eficaz? A resposta é: através da vivência do ouvinte e observador, do corpo e seu quotidiano.

Compreender a relação de corpo e espaço é essencial para trazer um conhecimento geográfico dramatizado. Sem essa relação, a geografia se mantém descritiva e continuará sem tocar o drama. Lacoste coloca:

“para que os cidadãos se interessem pela geografia e compreendam a utilidade dessa maneira de ver o mundo é preciso reintroduzir a tensão dramática, a referência às ações e aos mecanismos, nos discursos dos geógrafos” (LACOSTE, 2012, p. 230).

É preciso aproximá-la de seu quotidiano e buscar o tocante ao interior do observador, pois aquilo que está em sua vivência, em sua experiência, é o que tornará interessante no estudo. A reflexão do corpo se faz caminho possível para essa dramatização: quando um texto aponta um ocorrido quotidiano, como comprar pão ou ir ao parque, o leitor imagina o local em questão à partir de sua experiência. Busca compor as sensações vividas em momentos semelhantes para imaginar como aquele lugar é. O parque ou padaria pode ser diferente para cada um que lê esse texto: a padaria para um sujeito remeterá à sua vivência; para outro, será uma padaria diferente, com uma construção diferente, posição dos móveis, etc. Tudo baseado na própria experiência.

Sendo assim, se faz complexa uma forma de transformar a geografia em algo pessoalizado, para que seja dramatizada, sendo que cada perspectiva pessoal da construção de um espaço varia de pessoa para a outra, mesmo que a experiência vivida seja compartilhada por duas pessoas diferentes – por exemplo, duas pessoas foram à mesma padaria ou parque, mas cada uma terá uma construção espacial diferente em sua memória, a partir do lugar que ocupa seu corpo e sua própria bagagem de experiências ainda anteriores a esse momento. Para lidar com essa questão, é preciso buscar situações comuns, como um simples caminhar na rua de casa, ter um ponto base de reflexão do espaço para cada um. Em uma sala de aula de 30 alunos, por exemplo, haverão 30 concepções diferentes de “rua de casa”, mesmo que alguns morem na mesma rua. Mas a “rua de casa”, mesmo variando para todos, ainda adentrará um sentimento específico: o de morar nesta rua, de ter morada nela. Dá-se o primeiro passo para pessoalizar um recorte espacial. Adiante, quais as características desta rua? Como trazê-la a uma reflexão geográfica mais acentuada? Pode-se partir de pontos como: existem engarrafamentos recorrentes neste local? Quando chove, ocorrem alagamentos? O asfalto é bem construído

e as calçadas bem conservadas? Existem árvores? Se sim, grandes ou menores? Enfim, não se parte de um espaço específico para ser descrito, mas se resgata a experiência de cada ouvinte dessa pergunta para trazer à tona sua experiência. A cada uma dessas perguntas, pode-se fazer uma reflexão espacial, de buscar a origem desse engarrafamento, não só do excesso de carros, mas da construção e organização de vias próximas que culminam neste fenômeno; no caso das chuvas, da impermeabilização do solo pelo asfalto e, principalmente, da forma do relevo em questão; sobre a conservação de vias e calçadas: a presença de políticas visíveis nestes locais buscando uma melhor construção da rua e bairro; das árvores, para instigar o perceber de áreas verdes, mesmo que em minoria, em pontos mais urbanizados e a importância destas na regulação de temperatura.

Segue-se adiante. Dos exemplos, cria-se um contexto, uma construção sobre a experiência de cada ouvinte para um espaço, a princípio, fictício, mas que denota a necessidade de observações espaciais e, principalmente, sensações. Que sensação existe em cada um desses locais? Um engarrafamento pode causar estresse e cansaço; enchentes: perigo de perder pertences, dificuldades de locomoção e até mesmo tragédias; a falta de cuidado com a construção das ruas traz dificuldades de locomoção tanto para o pedestre como para o motorista, principalmente se levar em conta a questão de acessibilidade a pessoas com deficiências de mobilidade; as árvores podem trazer, ao mesmo tempo, calma e cuidado, pela redução de ruídos e alívio da temperatura, ou um perigo: se forem abandonadas pelo tempo, podem em determinado momento cair e, inclusive, causar outras tragédias. Cada uma dessas formas reergue a experiência para pensar uma característica presente no espaço para construir um contexto por volta dele. Escolhe-se, assim, pelo corpo, um conjunto espacial para ser estudado e refletido.

Mais além, as reflexões anteriores servem para aproximar o ouvinte e estudante, mas não resolvem o problema por completo do estudo da geografia. Para adentrar, de fato, a ela, é preciso cartografar essa experiência. Yves aponta, nesse sentido, a respeito do raciocínio dos geógrafos, de que a cartografia é linguagem essencial que constitui a geografia, em que os geógrafos aplicam o raciocínio geográfico aos fenômenos “com a condição de que eles sejam cartografáveis, isto é, que se possa ali reconhecer diferenças significativas na superfície do globo” (LACOSTE, 2012, p. 126). E o autor aponta que esta, a cartografia,

“é o sentido etimológico da palavra geografia e é preciso considerá-lo como fundamental, uma vez que é o único com o qual geógrafos de diversas tendências podem e devem estar de acordo” (LACOSTE, 2012, p.126-127).

Não há geografia sem cartografia, portanto. Sem essa ferramenta, sem a leitura de cartas, ela se torna apenas mais uma ciência social, sem uma identidade própria, e duvidosa quando apresentada a outrem quando busca-se entender para que esta serve.

Por outro lado, uma apresentação de mapas em escalas muito pequenas (ou seja, que cartografam uma enorme área) se fazem muito distantes das experiências diárias. A chamada “geografia dos professores” comentada por Yves, acaba por trabalhar especialmente essa forma de leitura cartográfica. Geralmente apoiada em grandes extensões, uma vez que uma das utilidades estratégicas de inserir a geografia nas escolas foi a de ensinar questões nacionalistas e de amor à pátria. Lacoste traz, apontando o contexto do ensino de geografia na França no século XIX, que a geografia nas escolas:

“não teve, portanto, como finalidade (como na maioria dos países) difundir um instrumental conceitual que teria permitido apreender racional e estrategicamente a espacialidade diferencial de pensar melhor o espaço, mas sim de naturalizar “fisicamente” os fundamentos da ideologia nacional, ancorá-los sobre a crosta terrestre” (LACOSTE, 2012, p. 55).

Essa relação de geografia e pátria acaba por romantizar as questões geográficas a algo muito além do toque humano, tornando o raciocínio geográfico, ao mesmo tempo, distante e mágico, e não próximo e real, como se apresenta quando pensada a partir da experiência do próprio ser e, por conseguinte, se tornando uma ferramenta para uma leitura estratégica do espaço em que se vive e frequenta.

É nesse sentido que o corpo entra como ponto chave para ir contra essa mistificação e desinteresse que a ciência geográfica apresenta no ensino. Do corpo, haverá a pessoalização do espaço. A presença do ser trará um interesse direto ao contexto espacial que está sob pauta de reflexão e, dessa forma, apresenta-se uma forma de cartografar essa experiência. Como se cartografa um parque? Como se cartografa um passeio pelo bairro onde se localiza a padaria que uma pessoa pede o pão e um café pingado quase todos os dias? Como se cartografam os problemas que foram vividos no dia anterior, durante um engarrafamento ou uma chuva forte que provocou alagamentos no bairro de casa? O trabalho de dramatizar a geografia se pauta da seguinte maneira: do corpo, se reduz a escala aos poucos. Trabalham-se cartas de escalas maiores de início para manter a aproximação do leitor – uma mera “vista de cima”, mas que, trabalhada no pensamento de localizar os conjuntos espaciais vistos pelos próprios olhos em um mapa (como buscar circular pontos como um conjunto de árvores, uma rua comercial, uma área de lazer e área verde na cidade) começa a possibilitar o diálogo entre a linguagem cartográfica e a experiência vivida. Não se busca, a princípio, ensinar estratégias em um

sentido de luta e exército, como se o professor fosse um grande general que apresenta seus planos aos soldados que o segue. Pelo contrário, ajuda a cada pessoa que está presente em uma sala de aula que se possa buscar o seu contexto quotidiano em uma linguagem cartográfica, que se possa representar as sensações ali presentes pela linguagem cartográfica, para que, assim, se traga uma geografia para perto, se permita dramatizá-la mais facilmente. A leitura da carta que cartografa o quotidiano é a leitura que permite ser política e não mística, é a leitura que permite o movimento de luta e não a passividade. É mais facilmente entender o que ocorre no espaço, tanto “em cima”, pela leitura de uma carta, como “embaixo”, a partir dos próprios olhos, dos outros sentidos do corpo e do que envolve aquela percepção durante aquele momento específico. Será do corpo que se encontrará o interesse e compreensão do espaço vivido. Isto nada mais é que um raciocínio que tende a criar um trabalho de campo ao seu decorrer. É transformar o quotidiano todo em um “trabalho” de campo, que pelo costume de ser pensado, não se transforme em um pensamento penoso, mas uma leitura natural do espaço, tal como os geógrafos realizam mais facilmente e de forma mais elaborada. La Blache (1985) coloca a importância de que os campos serão “lições itinerantes” que “gravam no espírito do geógrafo” a noção de região – apresentada e muito elaborada pelo autor – mas mais do que isso, permite uma aproximação muito mais íntima de toda a geografia, muito além da categoria de região. Assim, será por conta do corpo que se entenderá as primeiras leituras de uma carta, para que, a posteriori, diminua ainda mais a sua escala (ou seja, aumente ainda mais a área cartografada) e, novamente, faça o movimento de retorno: de volta ao corpo, ao momento vivido. Do corpo à geografia, da geografia ao corpo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, N. O Corpo como expressão segundo a filosofia de Merleau-Ponty. *Kínesis*, Vol. III, n° 06, Dezembro 2011, p. 137-153

HENRIQUES, E. B. Corpo, Pessoa e Espaço Geográfico: Repensar o Humano na Geografia Humana. In. _____ et al. (org). **Geophilia: o sentir e os sentidos da Geografia**. Lisboa: C.E.G, 2007. p. 113-128.

LA BLACHE, Paul Vidal de. As características próprias da geografia. p.37-47. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1985.

LACOSTE, Yves, 1929. A geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra/ Yves Lacoste, tradução Maria Cecília França. – 19º ed. – Campinas, SP: Papirus, 2012

TUAN, Yi-Fu, 1930. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência / Yi-Fu Tuan/ tradução de Lívia de Oliveira. - São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente, (Tradução de Lívia de Oliveira) Londrina: Eduel, 2012.